



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____
Folha: ____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 2 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proposta de redução de taxas – Processo 2/2017 – António Timóteo Lourenço; -----
2. Proposta de redução de taxas – Processo 17/2017 – Anabela Beites Soares;
3. Apoio à Assembleia Municipal; -----
4. Reembolso de Manuais Escolares – 2017/2018; -----
5. Apoio – Despesas de Transportes Escolares – Christopher David Steele; -----
6. Apoio – Despesas de Transportes Escolares – Maria do Céu Lourenço Nobre; -----

7. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Sandra Maria Pires Vicente comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 25 de outubro do ano de dois mil e dezassete, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Domingos Torrão referiu uma nota de felicitação com a existência de consultas de cardiologia no Centro de Saúde de Penamacor. Solicitou ao Senhor Presidente uma cópia do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal, a ULS de Castelo Branco e a Fundação Álvaro Carvalho. ---

O Sr. Presidente António Soares para cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 49º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017, entregou aos senhores vereadores informação da celebração/renovação dos contratos de aquisição de serviços, documento anexo à presente ata, ficando a fazer parte integrante da mesma. -----
Deu conhecimento da realização de cirurgias às cataratas de utentes que se encontravam em lista de espera no Centro de Saúde de Penamacor e de consultas de cardiologia e oftalmologia, uma parceria estabelecida com os municípios de Idanha-a-Nova, Sertão e Almeida. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TAXAS – PROCESSO 2/2017 – ANTÓNIO TIMÓTEO LOURENÇO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito do processo de alteração de tipologia de moradia unifamiliar para comércio e serviços, vem o requerente António Timóteo Lourenço solicitar a redução de taxas no referido licenciamento. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O requerente prova ter domicílio fiscal neste concelho de Penamacor, pelo que, ao abrigo do nº 7 do artº 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (Regulamento 485/2010), pode ser concedida redução de taxas até ao máximo de 50%. -----

A competência para a apreciação do requerimento e dos documentos que possam instruí-lo está atribuída à Câmara Municipal pelo nº 6 do artigo 96º do em apreço, a quem cabe decidir sobre a atribuição de redução no pagamento das taxas devidas e a respetiva percentagem até ao limite de 50%. -----

Nestes termos, propõe-se que seja deliberado, no uso da competência prevista no nº 6 do artigo 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, conceder ao requerente António Timóteo Lourenço a redução de 50% no valor das taxas devidas pelo licenciamento do processo de alteração de tipologia de moradia unifamiliar para comércio e serviços, conforme o respetivo projeto (Proc. N.º 2/2017) apresentado na Divisão de Obras deste Município”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

2 – PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TAXAS – PROCESSO 17/2017 – ANABELA BEITES SOARES. -----

O Senhor Presidente da Câmara comunicou ao órgão executivo o seu impedimento no âmbito do assunto agendado, com fundamento na alínea b) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se então da sala onde decorreu a reunião. -----

O Executivo, aprovou por unanimidade a declaração de impedimento. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito do processo de alteração e ampliação de moradia unifamiliar (processo n.º 17/2017), vem a requerente Anabela Beites Soares solicitar a

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

redução de taxas no referido processo de obras. -----

-

A requerente prova ter domicílio fiscal neste concelho de Penamacor, pelo que, ao abrigo do nº 7 do artº 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (Regulamento 485/2010), pode ser concedida redução de taxas até ao máximo de 50%. -----

A competência para a apreciação do requerimento e dos documentos que possam instruí-lo está atribuída à Câmara Municipal pelo nº 6 do artigo 96º do em apreço, a quem cabe decidir sobre a atribuição de redução no pagamento das taxas devidas e a respetiva percentagem até ao limite de 50%. -----

Nestes termos, propõe-se que seja deliberado, no uso da competência prevista no nº 6 do artigo 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, conceder à requerente Anabela Beites Soares a redução de 50% no valor das taxas devidas por todo o processo de alteração e ampliação de moradia unifamiliar (processo n.º 17/2017), conforme o respetivo projeto apresentado na Divisão de Obras deste Município”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Presidente regressou à sala de reuniões. -----

3 – APOIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Encontra-se prevista no artigo 31º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a constituição de um núcleo de apoio à Assembleia Municipal, composto por trabalhadores do Município e que funcionará sob orientação do Presidente do órgão deliberativo. A designação do(s) trabalhador(es) a afetar a esse núcleo de apoio cabe à Câmara Municipal. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

De igual modo cabe à Câmara Municipal afetar as instalações e os equipamentos necessários ao funcionamento do núcleo de apoio à Assembleia Municipal. -----

Assim, PROPONHO: -----

1 - Que seja deliberado afetar ao Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal a trabalhadora Carla Isabel Nunes Matos, com a carreira e categoria de assistente técnica; -----

2 – Que seja deliberado disponibilizar, para a instalação do Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal, a sala do 1º andar do edifício à qual já anteriormente era dada semelhante utilização, e que como tal se encontra identificada;

3 – Que seja deliberado disponibilizar e afetar ao Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal, todo o mobiliário e equipamento informático instalado na referida sala”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – REEMBOLSO DE MANUAIS ESCOLARES- 2017/2018.-----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos últimos anos, o Município de Penamacor tem vindo a disponibilizar apoios às famílias com alunos a frequentar os vários níveis de ensino no concelho, designadamente no que respeita à aquisição de manuais escolares. Face a uma conjuntura de crise económica que tem vindo a agravar-se de forma significativa e ao reconhecimento de que a aposta na educação dos mais jovens é determinante para o desenvolvimento do concelho, é intenção deste Executivo continuar a apoiar e subsidiar as famílias em matéria de educação. -- Para o efeito, foi criado e aprovado o Regulamento Municipal de Apoio à Educação (Regulamento nº307/2015, 4 de junho), o qual contempla um conjunto de apoios para os alunos do concelho, em matéria de educação. -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Nesse sentido e dando cumprimento ao exposto no referido Regulamento, os encarregados de educação e/ou alunos formalizaram as respetivas candidaturas aos apoios previstos junto do Gabinete de Ação Social do Município. -----

Após receção dos processos de candidatura dos requerentes, o Gabinete de Ação Social e Educação do Município procedeu à análise de todas as candidaturas apresentadas para os apoios no ano letivo 2017/2018, nomeadamente através da verificação do cumprimento do disposto nos artigos 34º e 35º do Regulamento acima referido e do cálculo exaustivo das despesas apresentadas. -----

Posto isto, elaborou uma listagem da qual constam todas as informações sobre os requerentes, nomeadamente as informações necessárias para que se possa proceder ao reembolso dos manuais escolares adquiridos pelos próprios (nome aluno, nome encarregado de educação, número de identificação fiscal, morada, valor do SASE atribuído e valor do reembolso a efetuar pelo Município, entre outras). -----

A listagem que acompanha esta proposta reúne os dados dos alunos que formalizaram e completaram a candidatura ao reembolso dos manuais escolares e que estão em condições elegíveis de receber o reembolso previsto no Regulamento Municipal, considerando-se este reembolso com um primeiro pagamento. Sendo assim, prevê-se que ao longo do ano letivo outros alunos completem o processo e possam vir a estar em condições de receber o apoio dos manuais escolares, dando-se assim lugar a outros pagamentos. -----

Assim, propõe-se: -----

1. Que se delibere sobre o reembolso dos manuais escolares do ano letivo 2017/2018, constantes da listagem que se anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante, num total de 18.158,75 euros. -----

2. Que se delibere sobre a realização de outros momentos de reembolso dos manuais escolares até ao final do ano civil de 2017, logo que estejam reunidas as condições necessárias para que as candidaturas dos alunos do concelho possam ser consideradas corretamente formalizadas. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

3 – Que seja aprovada em minuta a presente deliberação, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. ---
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 – APOIO – DESPESAS DE TRANSPORTES ESCOLARES – CHRISTOPHER DAVID STEELE. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No que respeita às competências em matéria de educação, cabe aos municípios assegurar os transportes escolares, como resulta da alínea a) do nº 3 do artigo 19º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro. Regula nesta matéria o Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro. -----

Neste contexto, encontram-se assegurados para o ano letivo 2017/2018 os transportes de todos os alunos do concelho, quer sejam oriundos das freguesias quer de locais mais ou menos isolados e não servidos pelas carreiras de transportes coletivos. Existem, no entanto, situações pontuais para as quais não foi possível encontrar uma solução de transporte de entre as previstas no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro. -----

É o que acontece com a situação dos alunos Aidan Farrhod Dehshiri Steele, Adam Dariash Dehshiri Steele e Ellorah Rosina Dehshiri Brown, que frequentam a pré-escola, o 2º ano de escolaridade e o 10º ano de escolaridade - Profissional, respetivamente, em Penamacor. -----

Estes alunos residem na Estrada Regional 346, Sítio da Ponte velha, 6090-543 Penamacor, situada a cerca de 12 quilómetros do ponto de paragem mais próximo, que é o da freguesia de Penamacor. -----

O encarregado de educação faz esta deslocação 4 vezes por dia (12kmx4=48km por dia). -----

Assim, competindo à Câmara Municipal assegurar a deslocação destes alunos, nos termos do artigo 6º do diploma referido, procurou-se encontrar uma

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

solução que permitisse que estes alunos pudessem frequentar a escola normalmente. -----

Perante as dificuldades, os pais destes alunos concordaram em assegurar o seu transporte desde o local da sua residência até à escola, acordando-se para o efeito a atribuição de apoio à família sob a forma de subsídio destinado a cobrir as despesas de deslocação. -----

Assim, propõe-se: -----

1 – Que seja deliberado atribuir ao Sr. Christopher David Steele (contribuinte fiscal 290 051 827) e encarregado de educação dos alunos, o valor de 10 euros por cada dia de aulas efetivamente frequentado como apoio às despesas de transporte. -----

2- Que seja aprovado o total de 1710 euros para o transporte destes alunos ao longo de todo o ano letivo, tendo em conta que após consulta do calendário escolar para o ano letivo 2017/2018, se prevê um total de 171 dias (1ºperíodo - 64 dias letivos; 2ºperíodo- 55 dias letivos; 3ºperíodo - 52 dias letivos). -----

3 - Que o apoio seja atribuído no final de cada período escolar, com efeitos a partir do início do ano letivo (13 de setembro) até final do ano letivo 2017/2018”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – APOIO – DESPESAS DE TRANSPORTES ESCOLARES – MARIA DO CÉU LOURENÇO NOBRE. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No que respeita às competências em matéria de educação, cabe aos municípios assegurar os transportes escolares, como resulta da alínea a) do nº 3 do artigo 19º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro. Regula nesta matéria o Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Neste contexto, encontram-se assegurados para o ano letivo 2017/2018 os transportes de todos os alunos do concelho, quer sejam oriundos das freguesias quer de locais mais ou menos isolados e não servidos pelas carreiras de transportes coletivos. Existem, no entanto, situações pontuais para as quais não foi possível encontrar uma solução de transporte de entre as previstas no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro. -----

É o que acontece com a situação com os alunos Ariana Filipa e João Pedro Nobre Silva, que frequentam o 1º ciclo do ensino básico e 10º ano de escolaridade, respetivamente, em Penamacor e residem na Quinta dos Alísios pertencente à freguesia de Meimão. -----

Competindo à Câmara Municipal assegurar a deslocação destes alunos, nos termos do artigo 6º do diploma referido e, não sendo possível encontrar outra forma de efetuar o seu transporte, os pais destes alunos concordaram em assegurar o transporte dos mesmos desde o local da sua residência até ao ponto de paragem do transporte coletivo na freguesia de Meimão, acordando-se para o efeito a atribuição de apoio à família sob a forma de subsídio destinado a comparticipar as despesas de deslocação. -----

Assim, propõe-se: -----

1 – Que seja deliberado atribuir à Sr.ª. Maria do Céu Lourenço Nobre (contribuinte fiscal 196 889 162), encarregada de educação dos alunos Ariana Filipa e João Pedro Nobre Silva, o valor de 10 euros por cada dia de aulas efetivamente frequentado como apoio às despesas de transporte por si suportadas. -----

2- Que seja aprovado o total de 1710 euros para o transporte destes alunos ao longo de todo o ano letivo, tendo em conta que após consulta do calendário escolar para o ano letivo 2017/2018, se prevê um total de 171 dias (1º período - 64 dias letivos; 2º período- 55 dias letivos; 3º período - 52 dias letivos). -----

3 - Que o apoio seja atribuído no final de cada período escolar com efeitos a partir do início do ano letivo (13 de setembro) até final do ano letivo 2017/2018".



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 10.106.477,66 euro e uma despesa também acumulada de 6.936.356,46 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e trinta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares